

Uma trajetória intelectual marcada pelo enquadramento de memória: o uso da figura de Olavo Bilac na construção da ditadura civil-militar (1965-1974)

An intellectual trajectory marked by the framework of memory: the use of the figure of Olavo Bilac in the construction of the civil-military dictatorship (1965-1974)

Lara Coletto¹

Resumo: O artigo aqui proposto busca, através de análise historiográfica, debater o enquadramento de Olavo Bilac na ditadura civil-militar brasileira. O regime ditatorial se utilizou de diferentes métodos para criar coesão e legitimidade. Desde propagandas de cunho informativo, slogans, uso de comemorações cívicas que comportam datas e figuras ativas nos meios políticos e intelectuais importantes para a história do Brasil. Olavo Bilac se torna importante na construção do regime por ser visto enquanto um exemplo de cidadão, o modelo necessário para a coesão do regime, assim como o trabalho exercido a frente da Liga de Defesa Nacional transforma as Forças Armadas brasileiras no único elemento capaz de proteger o país de perigos exteriores.

Palavras-chave: Intelectualidade; Enquadramento de memória; Olavo Bilac; Ditadura civil-militar.

Abstract: The article proposed here seeks, through historiographical analysis, to debate the framing of Olavo Bilac in the Brazilian civil-military dictatorship. The dictatorship used different methods to create cohesion and legitimacy. From informative propaganda and slogans, to civic celebrations of dates and figures active in political and intellectual circles important to the history of Brazil. Olavo Bilac becomes important in the construction of the regime by being a model citizen, necessary for the cohesion of the regime. Furthermore, the work carried out by the National Defence League transformed the Brazilian armed forces into the only element capable of protecting the country from external dangers.

Keywords: Intelectuality; Memory framing; Olavo Bilac; Civil-military dictatorship

A intelectualidade é instrumento importante para a estruturação dos Estados Nacionais e sua participação é reivindicada dentro de disputas políticas. Sua circulação pela sociedade, através de obras, colaboração em periódicos e influência social através da participação ativa na política do país é uma categoria importante na construção historiográfica. Dessa maneira, avalia-se o enquadramento de memória² de Olavo Bilac durante a ditadura civil-militar brasileira, instaurada em 1964, através de três obras biográficas: *Olavo Bilac, o homem cívico*, do Gen. Moacir Araújo Lopes, de 1968, editado e publicado pela Liga de Defesa Nacional junto ao Departamento de Imprensa Nacional; *Olavo Bilac e o Serviço Militar: o*

¹ Aluna do programa de pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bolsista CNPQ com o projeto intitulado "Intelectuais e Estado: as releituras de Olavo Bilac da ditadura civil-militar (1965-1974)

² Usa-se aqui o conceito desenvolvido por Michael Pollak, no qual o autor diz que "O trabalho de enquadramento de memória se alimenta do material fornecido pela história. (...) esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e futuro." (POLLAK, 1989).

homem, o artista, o patriota de Adelino Brandão, de 1969, não havendo informações sobre sua publicação; e *Olavo Bilac e sua época*, de Raymundo Magalhães Jr., de 1974, publicado pela editora Americana.

A participação de intelectuais junto ao Estado se faz importante tendo em vista a função social atribuída a eles como agentes de conscientização e educação. Sua presença junto ao governo federal se faz mais forte em momentos de crise e a intelectualidade acaba por ser vista como um guia devido a sua consciência privilegiada do "nacional" (VELLOSO, 2003). É durante o Estado Novo de Vargas (1937-1945) que a intelectualidade brasileira passa a ocupar lugar de destaque na política, mas sua presença junto ao Estado brasileiro pode ser percebida já nas primeiras décadas da República.

O governo busca construir uma nova concepção do intelectual, não mais como observador da sociedade, mas sim um agente político, passando a ser o "representante da consciência nacional" (VELLOSO, 2003, p.153), colaborando diretamente com as demandas do Estado. Sendo assim, passa a ser uma atribuição da elite cultural transmitir à população as ideologias caras ao governo, carregando consigo a função de educar a sociedade.

Essa "nova" função atribuída à intelectualidade brasileira passa a mobilizar diferentes membros da elite cultural que começa a ver-se como um grupo portador "da missão de elevar a consciência da população, de guiar os menos favorecidos e, assim, orientar e planejar os rumos do país (...)" (MAIA, 2012, p.25). A ditadura civil-militar se utiliza da cultura por ver um grande potencial mobilizador, tendo em vista que a elite intelectual agiria diretamente no direcionamento da sociedade.

A cultura passa a ser vista como resultante das relações de poder e, em um governo de cunho autoritário se torna um mecanismo de coesão. Dessa maneira, o regime militar passa a dar maior respaldo às instituições culturais, além de criar entidades estatais com teor normativo, como o Conselho Federal de Cultura (CFC) criado em 1967. Notamos que a criação do CFC coloca em debate a presença civil nos governos da ditadura civil-militar, já que agem de forma decisiva na montagem e no funcionamento do Estado. Como afirma Tatyana Maia (2012), é perceptível a presença de grupos civis intervindo no Estado de maneira direta ou apenas como apoiadores dos militares a frente do Executivo.

Sendo assim, pensamos os três autores produtores de biografias acerca da vida de Olavo Bilac enquanto intelectuais ativos na sociedade e no regime militar instaurado no pós 1964. Moacir Araújo Lopes é membro das Forças Armadas, sua obra contém 24 páginas que buscam tratar das instituições, da juventude e da importância do civismo, além de comentar certos aspectos da vida de Olavo Bilac, como seu serviço patriótico e suas relações familiares. Da página 25 a 45, seguem-se anexos, entre poemas de Bilac e os decretos-lei que instauraram o Dia do Reservista e deram o título de Patrono das Forças Armadas ao poeta.

Adelino Brandão é parte de uma intelectualidade militar pertencente às universidades, sendo assim, sua obra visa tratar do Serviço Militar Obrigatório e da possibilidade dos jovens soldados manterem suas atividades acadêmicas. O livro faz parte de um concurso intitulado "Serviço Militar" do ano de 1968, porém

é publicado apenas em 1969. Essa obra é encomendada pelo Ministério do Exército e deveria falar sobre os seguintes temas

1- Bilac: sua figura como intelectual e como homem; 2- A campanha cívica de Bilac. O papel do poeta na institucionalização do Serviço Militar; 3- Atual legislação do Serviço Militar: flexibilidade da legislação, visando a compatibilizar a prestação do Serviço Militar com as atividades estudantis; Deveres do cidadão quanto ao alistamento e à Convocação para o Serviço Militar Inicial; Deveres do reservista. (BRANDÃO, 1969, p.9)

Já Raymundo Magalhães Jr. é o único dentre os escritores aqui utilizados que não possui vínculo direto com as Forças Armadas. Sua extensa obra busca trabalhar diversos aspectos da vida de Bilac de maneira mais humanizada. O "homem cívico" é trazido durante a obra, porém, não trata esse aspecto como único e mais importante na vida do poeta.

Sendo assim, podemos pensar dois outros conceitos enquanto elementos de grande importância: o intelectual mediador³ e os consensos e consentimentos⁴. Busca-se compreender não apenas Olavo Bilac como um intelectual que desempenhou, em vida, um papel de intelectual mediador, levando à população uma pedagogia cívica cara às demandas estatais de diferentes épocas. Mas também os autores de suas obras biográficas, visto que também buscavam construir uma consciência cívica na população brasileira, ditando, de certa forma, um novo modelo de sociedade. Ao refletirmos acerca dos consensos e consentimentos, podemos concluir que a sociedade da década de 1964 possuía, em sua estrutura, valores conservadores que foram reforçados pelos membros militares à frente do executivo e, pensar que a participação de um civil no enquadramento de memória de Olavo Bilac vai de encontro a esse conceito.

³ Debate proposto por Patrícia Hansen e Angela de Castro Gomes (2016) busca, a partir de uma história do tempo presente dialogar sobre a relação entre intelectuais e Estado, não mais pelo viés de uma elite culta que informa uma "massa" amorfa. Sendo assim "(...) os intelectuais seriam uma categoria socioprofissional marcada pela vocação científica, no dizer weberiano, ou pela especialização que lhes confere 'capital cultural' e 'poder simbólico', nos termos de Bourdieu, quer pelo gosto da polêmica, inclusive a política. (...) são homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social. Sendo assim, tais sujeitos podem e devem ser tratados como atores estratégicos nas áreas da cultura e da política que se entrelaçam, não sem tensões, mas com distinções, ainda que historicamente ocupem posição de reconhecimento variável na vida social" (GOMES; HANSEN, 2016, p.10)

⁴ Ao tratar do regime de Vichy na França da Segunda Guerra, Pierre Laborie busca inserir no debate acerca da "maneira multiforme como a sociedade francesa atravessou o período" (LABORIE, 2010, p.34) dentro de conceitos de pensar-duplo e as zonas cinzentas. Em momentos traumáticos como o caso da invasão francesa, o autor coloca o pensar-duplo dentro de uma lógica necessária frente às mudanças drásticas de uma sociedade que enfrenta um governo autoritário. Mesmo aplicado ao caso Francês esses conceitos são importantes para que possamos compreender as relações entre o governo ditatorial brasileiro e a população civil, entendendo que essa relação não se deu de maneira única e sem conflitos ou concessões. A tese de Janaina Cordeiro intitulado "*Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*" a autora busca designar o que entende por consenso e consentimento. O consenso "designa um acordo baseado em princípios, valores e normas partilhados por determinada unidade ou grupo social" (CORDEIRO, 2012, p.20). Já o consentimento "por sua vez, refere-se aos comportamentos sociais, às formas - múltiplas - a partir das quais o acordo é conformado e se expressa socialmente"; (CORDEIRO, 2012, p.20).

Olavo Bilac e os usos políticos do passado

Filho de médico, Olavo Bilac, nasceu durante o Império e passou sua infância sob esse regime. Cresceu distante do pai devido ao fato do mesmo ter participado da Guerra do Paraguai. Assistiu as frustrações de seu progenitor e de muitos outros combatentes com as promessas não cumpridas de Dom Pedro II. Na vida adulta, tendo como base essas vivências tornou-se ativo dentro de lutas políticas, sendo grande abolicionista e republicano. Além disso, ao perceber a importância de um Exército nacional bem estruturado, articulou-se, junto ao Estado brasileiro na criação da Lei do Serviço Militar Obrigatório.

Olavo Bilac foi um dos idealizadores da Liga de Defesa Nacional (LDN) e o principal propagador das ideias elaboradas por essa entidade. A Liga surge em 7 de setembro de 1916, no Rio de Janeiro, porém, tem como marco inicial o discurso proferido por Bilac na Faculdade de Direito em São Paulo. A LDN buscava construir um caráter apartidário, sendo assim, o presidente da república em exercício seria também, o presidente da entidade, além de constituir-se em uma agremiação mista, ou seja, composta tanto por militares como por civis.

Sua criação tinha como ponto de partida a necessidade de mobilizar a burguesia para o Serviço Militar Obrigatório (SMO), dentro do contexto da Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918). A formação da LDN se coloca também no contexto brasileiro nos anos de 1916, tendo em vista o fato de que a República Brasileira era relativamente jovem e necessitava de uma série de modificações para que se consagrassse. O Brasil tinha como características sua vasta extensão territorial e uma grande heterogeneidade cultural que, de certo modo dificultava um poder executivo centralizado.

É nesse contexto que um grupo de intelectuais brasileiros - civis e militares - passassem a debater a necessidade de um Exército Nacional bem estruturado. A principal justificativa para essa proposta era de que o Exército era a única instituição verdadeiramente nacional e, naquele momento, havia grande demanda para a questão nacionalista. Sendo assim, nos anos de 1915 e 1916, Olavo Bilac profere uma série de discursos em diversas cidades brasileiras tendo como objetivo difundir ideais cívicos caros ao contexto apresentado acima.

Dessa forma, Olavo Bilac torna-se um grande vulgarizador de ideias, como citado por Patrícia Hansen (2016, p.406), devido ao fato de levar esses debates muitas vezes limitados a grupos intelectuais a outros setores da sociedade. A proposta de Bilac constitui-se em uma pedagogia cívica⁵, visto a grande importância da inserção do debate nacionalista na vida social do Brasil, ou seja, não sendo apenas exclusividade do mundo político e intelectual. Sua figura, mesmo em vida é carregada por um enorme

⁵ Como referência usamos os debates propostos por Patrícia Hansen em sua tese de doutorado, no qual a autora disserta sobre a necessidade de educar a população em um contexto de grandes mudanças sociais. Para isso foi necessária "a promoção de novos hábitos, atitudes, sentimentos e virtudes apresentados como 'bons', em oposição aos anteriores que passam a ser vistos como 'atrasados' ou 'maus'". (HANSEN, 2007, p.11)

capital simbólico, sua participação na vida política do país foi de grande importância sendo retomada em vários outros momentos sempre em função de usos políticos para construir legitimidade para diferentes governos.

Durante o primeiro governo Vargas (1930-1945) inicia-se o processo de enquadramento da memória de Olavo Bilac às necessidades do Estado. Esse processo se dá tendo como ponto de partida o grande potencial simbólico da figura do poeta, como já citado acima, mas também, o contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a necessidade de convocar os cidadãos brasileiros a lutarem na Europa. É nesse período também que o dia de nascimento do escritor torna-se o Dia do Reservista (16 de dezembro).

A instauração dessa comemoração cívica está relacionada ao enquadramento da figura de Olavo Bilac aos usos políticos. Antes desse período as comemorações relacionadas ao poeta circulavam apenas pelas instituições às quais Bilac esteve vinculado, como a LDN e a Academia Brasileira de Letras (ABL). Essas comemorações passam a fazer parte do calendário nacional e buscavam construir um elo entre militares e civis frente à proteção dos interesses da nação. É perceptível que, como exemplificado por Patrícia Hansen (2016), a partir de 1939, o debate do soldado-cidadão, principal foco dos discursos e ações de Olavo Bilac e da LDN, desloca-se da ideia de um povo em armas, para passar a significar a lealdade e defesa de um governo com teor autoritário.

Durante a ditadura civil-militar no Brasil, inicia-se novo processo de enquadramento da memória de Bilac. O centenário de Olavo Bilac ocorre durante o governo de Humberto de Alencar Castelo Branco, primeiro presidente-ditador do regime militar. Essa comemoração é anexada ao calendário estatal e, como citado por Patrícia Hansen (2015), foi criado no ano de 1965 pelo então presidente e seu ministro da Educação e Cultura uma "Comissão de Comemoração do I Centenário de Nascimento de Olavo Bilac", tendo como membros diferentes representantes civis e militares, além do presidente da Liga de Defesa Nacional e Academia Brasileira de Letras.

As atividades dessa comissão foram muitas, porém mais restritas ao mundo intelectual e militar, só chegando à população através de reportagens e obras biográficas. Sendo assim, foi concedido à Bilac do título de Patrono das Forças Armadas, sendo ele o primeiro civil a fazer parte do panteão, e a proposta de uma edição contendo todos os poemas do autor, que nunca chegou a se concretizar (HANSEN, 2015, p. 134). Já na data de sua morte, em 1968 ocorre também a reedição da obra *A Defesa Nacional*, que compila todos os discursos proferidos pelo poeta à frente da LDN, contendo uma série de apresentações que modificam a leitura da produção de Bilac tendo em vista a necessidade de legitimação do regime militar.

Para compreender melhor o processo de enquadramento de memória do poeta durante o regime ditatorial instaurado em 1964 é necessário recorremos às fontes historiográficas para analisarmos como esse movimento ocorre.

As biografias e a construção da ditadura militar

As biografias tornaram-se, ao longo dos anos, um gênero literário largamente utilizado. Para que possamos entender as obras aqui analisadas, precisamos também compreender o conceito de biografia. Márcia de Almeida Gonçalves (2004) disserta sobre a biografia moderna, ancorando-se em conceitos de André Maurois, sendo assim, os autores postulam que esse gênero literário é caracterizado pela construção da verdade sem pré-julgamentos e que serviria também como "pedagogia existencial: o aprendizado com as falhas e dúvidas dos grandes homens" (GONÇALVES, 2004, p.137).

Entre os anos de 1965 e 1968 houve uma efervescência de obras que buscavam tratar da vida de Olavo Bilac. Primeiramente motivadas pelas datas comemorativas, como seu centenário de nascimento e aniversário de sua morte; posteriormente, como resultado dos debates surgidos a partir das construções biográficas, devido ao fato de temas relacionados à vida privada do poeta ora serem negados, ora serem tópico central. Esse processo ocorre, porque, na prática há disputas políticas e sociais, nas quais, a "pedagogia existencial" pode passar pelo que se entende enquanto uma "administração da posteridade, por suas implicações sociais, [produzindo] o encontro da história com a memória, mistura os campos intelectuais e políticos." (ENDERS, 2000, p.42).

Sendo assim, as três obras biográficas aqui analisadas buscam trabalhar os mesmos aspectos da vida do poeta através de diferentes necessidades políticas tendo, em certos casos, diferentes visões sobre o mesmo tema. Esses livros se fazem importantes porque possibilitam compreender a posição das Forças Armadas, do governo e de uma intelectualidade civil não necessariamente vinculada ao estado ditatorial. Além disso, possibilitam reconhecer as bases conservadoras amplamente difundidas na sociedade brasileira.

Temas como vida boêmia, noivados, relações familiares, questões como classe e raça sempre entram em cena como uma questão ampla, derivada das disputas políticas e do que podemos chamar de utopia autoritária. Conceito elaborado inicialmente por Maria Celina Araújo, Gláucio Soares e Celso Castro dizendo que (ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994, p.9) "a utopia autoritária estava claramente fundada na ideia de que os militares eram, naquele momento, superiores aos civis em questões como patriotismo, conhecimento da realidade brasileira e retidão moral". Para, além disso, é perceptível que essa utopia também tinha como base a ideia de superioridade dos militares frente aos civis, vistos como "despreparados, manipuláveis, impatrióticos" (FICO, 2004, p.39) o que, naquele momento específico dificultava, na teoria dos militares em meados de 1964, a luta contra o comunismo, visto como grande mal que assolava o país e que deveria ser arduamente combatido.

A utopia autoritária acaba por justificar atos que atentam contra os direitos humanos, como foi o caso das torturas, assassinatos e desaparecimentos ocorridos durante o regime ditatorial no pós-1964. Dessa

forma, atos repressivos são legitimados tendo em vista o "melhoramento" do país, aqui, em específico afastar inimigos internos, como o comunismo, a corrupção e a subversão.

Carlos Fico (1997), ao debater o otimismo (elemento que vai de encontro ao conceito de utopia autoritária), nos diz que:

A mais duradoura ditadura brasileira [preocupou-se] em conformar um novo padrão de comportamento social, compatível com um patamar de desenvolvimento econômico (que mais se desejou do que se consolidou). Tratava-se, então, não só de convencer a todos das potencialidades brasileiras, mas de sugerir que, como essas riquezas nos dariam ingresso ao "mundo desenvolvido", eram desejáveis certas regras de conduta, de civilidade. (FICO, 1997, p.23)

Para que essas novas regras fossem internalizadas pela população, o autor nos diz que "(...) essa busca de adequação seria viabilizada pelo recurso às imagens do passado (...). Trata-se, portanto, da recuperação de um material histórico específico, de uma certa memória, que 'importa não tanto pelo conhecimento que traz, mas pela ação que ela governa.'" (FICO, 1997, p.23). É possível, através do conceito aqui exposto, analisar as funções que a figura de Olavo Bilac exerce durante a ditadura civil-militar. Sua figura e suas releituras no pós-1964 legitimam o regime, ao mesmo tempo em que criam um novo modelo de cidadão, usando-se tanto da vida pública quanto da vida particular do autor.

Sendo assim, percebe-se que a figura de Olavo Bilac serve como legitimadora do regime ao colocar as Forças Armadas como o único elemento verdadeiramente nacionalista. As biografias se tornam um importante instrumento para compreender o pensamento da sociedade da época e, principalmente, o que o governo ditatorial buscava intensificar na sociedade brasileira do pós-1964. Sendo assim, mergulhar nas fontes se faz necessário.

O general Moacir Araújo Lopes busca, em seu primeiro capítulo dialogar sobre as instituições - família, escola, igreja, entre outras - dizendo que havia falhas nessas bases fundamentais da sociedade. Essas falhas geravam "(...) atos atentatórios à ordem, ao sossego público e à moral" (LOPES, 1968, p.12) e eram predominantes na juventude, visto a má influência de ideias exteriores, como o comunismo e o liberalismo. A preocupação com a juventude se entende enquanto "o futuro da nação" e o uso das biografias serve para difundir um modelo social exemplar no qual, os jovens devem ser educados para a melhor proteção do país dentro das diretrizes conservadoras em voga. (ENDERS, 2000, p.46)

O Serviço Militar seria então um elemento importante para afastar ideais nefastos, devido ao fato de ser elemento principal na construção do civismo. Sendo assim, Lopes exemplifica o que as Forças Armadas se caracterizariam como "o povo em armas" (LOPES, 1968, p.13), sendo então, o porta-voz dos desejos da Nação.

Sendo o "povo em armas" não haveria motivos para lutar contra um governo de cunho militar. O golpe teria ocorrido tendo em vista uma ameaça: o governo de João Goulart, instaurado em 1961 após a renúncia de Jânio Quadros. Jango propôs reformas de base e foi acusado de tramar um golpe, primeiramente, transformando o país em uma ditadura sindicalista e, posteriormente, abrindo espaço para um governo comunista. As Forças Armadas, sendo a vontade do povo, teriam decorrido um golpe preventivo, buscando reorganizar a sociedade dentro da moral e os bons costumes.

Como exemplificado por Marcos Napolitano (2014), na prática, a ditadura civil-militar brasileira foi resultado de articulações entre diferentes grupos, sendo eles membros conservadores do empresariado, da igreja, do Exército, dos veículos de comunicação que buscaram se articular dentro de duas instituições: o Ipes e o Ibad, além de receber grande apoio dos Estados Unidos. Ao ser instaurada a ditadura, houve grande necessidade de estabelecer uma nova imagem ao regime, dessa forma se investiu em propagandas, como as elaboradas pela Agência Nacional, órgão oficial do governo e em séries de comemorações de cunho cívico, como o Sesquicentenário da Independência.

O Sesquicentenário da Independência ocorreu no ano de 1972 e foi um evento largamente promovido e divulgado, serviu como um elemento importante na criação e intensificação de legitimidade do governo militar. Ancorado no passado militar brasileiro, o evento buscava promover "(...) a construção de heróis nacionais, selecionados e promovidos em nome da geração de uma memória oficial e institucionalizada, capaz de personificar um passado sugestivo de uma continuidade nas lideranças militares." (FERREIRA; SILVA, 2014, p.357).

É nesse ambiente, de construção de diferentes heróis nacionais que surge Bilac, numa busca constante de diferenciar o governo ditatorial de governos civis, articulando diferentes figuras, em prol da "recuperação de princípios 'democráticos e cristãos'" (FERREIRA; SILVA, 2014, p.357). A presença de um membro civil no rol dos cidadãos ilustres tenta, de alguma maneira, criar a ideia de integração entre sociedade e militares, em perfeita comunhão em prol da proteção do país.

Estabelecer a volta aos ideais conservadores e construir uma boa imagem para o governo fizeram ressurgir a figura de Olavo Bilac. Este seria visto enquanto um exemplo de homem cívico, preocupado com o futuro de sua nação. Mas Olavo Bilac fora um intelectual parnasiano, ligado a uma juventude que desfrutara dos prazeres da vida e que morrera em consequência de seus vícios.

Conceituamos, alhures, como *homem cívico*, aquele que vive o *amor à Pátria*, com capacidade de renúncia; alicerça-se no *caráter*, baseado na moral, oriunda da ética, tendo por fonte *Deus* (Constituição do Brasil, Preâmbulo); exerce ação intensa e permanente em benefício do Brasil. (LOPES, 1968, p.14, grifos do autor)

Esses seriam então, os elementos que constituem um homem cívico. Olavo Bilac carregaria essas características e sua vida e atitudes comprovariam seu caráter. Seus discursos à frente da Liga de Defesa Nacional eram reveladores da sua relação com a Pátria.

A obra do general Moacir Araújo Lopes, de 1968, busca, através do exemplo personificado em Bilac relembrar os deveres do chamado "cidadão de bem" para com a Pátria. Como nos dizem Ferreira e Silva (2014), durante a ditadura civil-militar os eventos cívicos serviram "para fazer valer o lema de 'comemorar para bem perpetuar'" (FERREIRA; SILVA, 2014, p.357).

Dessa forma, na página de número 13 da obra *Olavo Bilac, o homem cívico*, Moacir Araújo Lopes escreve: "Pela universalidade do Serviço Militar, prestam-se brasileiros de todas as raças, crenças, classes sociais e graus de instrução, pois as Forças Armadas são a Nação, o povo em armas." (LOPES, 1968, p.13)

Dentro dessa obra de cunho comemorativo, Lopes busca perpetuar uma imagem do cidadão modelo ao dizer que

A antiga pirataria, o jogo do bicho, a prostituição, a juventude transviada são construções alimentadas por deficiências em Instituições basilares, entre as quais a *Família, Escola, a Igreja, a Imprensa, o Trabalho*. Aquelas construções obedecem a um código anômalo de comportamento. Desse modo, um jovem, não dignificado adequadamente pela Religião e pela Família, integra-se em bando, ante o qual atos reprováveis são títulos de honra e, como tal, glorificados. Um estudante não dignificado pela Religião, pela Família e pela Escola, relega o estudo a um plano secundário para praticar atos atentatórios à ordem, ao sossego público e à moral. (LOPES, 1968, p. 11-12, grifos do autor)

Na obra de Adelino Brandão, intitulado *Olavo Bilac e o Serviço Militar: o homem, o artista, o patriota*, em suas primeiras páginas, ao trazer explicações sobre o concurso ao qual foi vencedor, traz também as intenções desse livro:

(...) unir o civismo e a cultura literária, numa iniciativa de grande alcance psicológico e social, a demonstrar a importância de melhor entrosamento entre universitários e as Forças Armadas; civis e militares, os quais, no Brasil, jamais devem formar como elementos ou "classes" separadas ou em oposição, consoante a vesguice interpretativa de alguns. (BRANDÃO, 1969, p.8)

O "grande alcance psicológico e social" (BRANDÃO, 1969, p.8) é um trabalho executado ao longo de todo o período que abrange a ditadura civil-militar. As Forças Armadas e a população civil unidas dão legitimidade e segurança ao regime, podendo, através desse discurso suprimir os diferentes atos repressivos que ocorreram nos porões da ditadura. Como nos dia Ferreira e Silva (2014) o uso de elementos simbólicos acabam por "incorporar elementos militares configurados na memória de aspectos da história pátria (...)" (FERREIRA; SILVA, 2014, p.358) e, nesse caso em específico, a relação entre civis e militares.

Outro ponto importante a ser notado, pode ser percebido por uma pequena citação. Na página 20, Adelino Brandão escreve: "Amigo do progresso e curioso das invenções mecânicas que nos chegavam de fora, BILAC poderia ser classificado como um poeta verdadeiramente 'pra frente'". Esse elemento nos lembra a modernização conservadora⁶ desempenhada pela ditadura civil-militar.

Ao se iniciar a ditadura civil-militar no Brasil, que teve em seu núcleo fundador de diferentes grupos políticos com ideias diferentes, começa também um processo de modernização do país. Com grande incentivo norte-americano, se inicia um processo de construção de rodovias, como a Transamazônica, reformas universitárias, criação de novas usinas fornecedoras de energia, entre outras iniciativas.

A ditadura civil-militar brasileira não pretendia acabar com processos de modernização, porém, os fazendo outro viés. É notável que, os militares partiam do pressuposto de que o Brasil era um país subdesenvolvido que buscava desenvolver-se, dessa maneira, se articula para cumprir essa proposta. Como nos diz Patto (2014), o governo ditatorial busca fazer isso de maneira mais técnica, apostando, no caso das universidades, em favorecer atividades e pesquisas que trouxessem resultados mais rápidos à sociedade brasileira.

Dessa forma, Olavo Bilac torna-se mais uma vez o exemplo do cidadão que busca o desenvolvimento, que buscava também, espelhar-se nas mudanças ocorridas nos países ditos desenvolvidos e, com tanta preocupação em ver seu país ir "para frente" buscava revolucionar suas atitudes em prol do avanço.

Raymundo Magalhães Jr. produziu a obra mais bem documentada acerca do poeta. O livro de 426 páginas conta com fontes, sendo ela cartas de amigos, cartas do próprio Bilac e uma intensa pesquisa em arquivos e jornais. Dessa maneira, Magalhães Jr. constrói uma obra um pouco mais neutra dentro dos debates políticos em voga, não necessariamente alinhada com as demandas governamentais. Porém, ao debater a vida de Olavo Bilac o autor contribui para uma criação da imagem do poeta.

Olavo Bilac fora noivo duas vezes, primeiro em 1887 com Amélia de Oliveira, irmã de grandes amigos seus. Já o segundo noivado teve curta duração. A noiva, Selika da Costa parecia distante e, o fim do noivado acaba através de uma carta enviada por Bilac, na qual ele culpa seu orgulho pelo fim do relacionamento:

(...) Já sofri fome: - sobre essa miséria criei a minha independência. Chamaram-me infame: - sobre essa afronta criei a minha honestidade. Chamaram-me estúpido - sobre essa injustiça criei o meu talento. E foi sobre esses três alicerces que eu edifiquei o meu orgulho.
Amo-a tanto que esta separação há de cedo ou tarde matar-me. Acima, porém, do meu amor, está o meu orgulho. (...) (MAGALHÃES JR., 1974, p.109)

⁶ Conceito elaborado por Rodrigo Patto Sá Motta em sua obra intitulada *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e regime militar* de 2014.

O autor de sua biografia acrescenta:

A carta é um documento que define, melhor que qualquer outro, a psicologia de Bilac, o homem que colocava o amor próprio, o imenso orgulho, acima de tudo: o amor filial e das feições profundas. Sua renúncia à mão de Amélia de Oliveira terá sido, antes de tudo, uma violenta manifestação desse orgulho ferido. Não quisera, antes, ser cunhado de um homem que o insultara, nem entrar para a família onde alguém o considerava um vadio, um imprestável, um indivíduo desprezível, capaz de procedimento infame. (MAGALHÃES JR., 1974, p.109)

Ao trazer o "perfil psicológico" de um homem que sabe reconhecer suas qualidades, constrói também um exemplo de cidadão a ser seguido: aquele que luta para construir sua identidade glorificando seu passado, que é honesto e trabalhador. Os alicerces em que Bilac edifica seu orgulho estão de encontro com aqueles que a ditadura civil-militar busca estabelecer na criação do orgulho nacional: a busca pelo passado glorioso, a ideia de afastar todo e qualquer tipo de corrupção e a importância do cidadão cívico, que trabalha em prol do seu país, tendo nos membros militares a máxima desta prerrogativa.

Como analisado por Celso Castro (2000), em seu trabalho acerca da figura de Caxias e Osório, é perceptível que a criação de figuras simbólicas e a glorificação do passado foi uma prática recorrente dentro das Forças Armadas. Castro nos diz que

(...) mais do que 'reorganização' de uma instituição fragmentada após décadas de clivagens organizacionais e ideológicas, o que ocorreu foi a invenção do Exército como uma instituição nacional, herdeira de uma tradição específica e com um papel a desempenhar na construção da Nação brasileira. (CASTRO, 2000, p.104)

Em um governo de cunho autoritário, no qual possui as Forças Armadas a frente do poder Executivo, reviver figuras militares se fazem necessário no processo de criar legitimidade e, ao passar dos anos, fazer a manutenção do poder nas mãos dessa instituição. As obras biográficas aqui analisadas demonstram a necessidade que a ditadura teve em anexar não somente figuras militares, mas também civis, na busca de criar coesão dentro da sociedade brasileira no pós-1964.

Cada um dos livros aqui analisados buscam, à sua maneira, recriar a vida de Olavo Bilac e, acabam, intencionalmente ou não, cumprindo com as demandas governamentais, tendo em vista que todas as leituras retratam o exemplo de cidadão, elemento primordial na busca por coesão desempenhada pela ditadura civil-militar.

Considerações finais

É perceptível que os intelectuais participaram ativamente da formulação de definições de Estado e projeto de nação no Brasil Republicano. Olavo Bilac, em vida foi um importante expoente na formulação do Serviço Militar Obrigatório, mas para, além disso, agiu diretamente na formulação do cidadão caro às demandas estatais, tendo seus discursos proferidos nos anos de 1915 e 1916 como grandes exemplos da pedagogia cívica proposta por ele, que abarcava todos os setores da sociedade, desde a juventude, dialogando também com a classe militar e políticos.

Olavo Bilac se torna um importante expoente a ser utilizado por diferentes governos de cunho autoritário devido ao fato de se tornar um símbolo de cidadania e civismo. Como nos diz Tatyana Maia (2014) o autor passa a ser incorporado, em especial pela ditadura civil-militar "como exemplo de cidadão consciente de seus deveres frente a sociedade" (MAIA, 2014, p.91). Dessa maneira o civismo passa a se confundir com a cidadania, passando por um processo de releitura caro às diretrizes autoritárias, buscando modificar a relação entre cidadão e Estado, e também inculcar na sociedade civil a ideia de um "perigo" iminente na figura de um inimigo interno.

Tendo em vista esses tópicos tratados acima, notamos a necessidade de debater para além da participação efetiva dos intelectuais na elaboração do Estado, incluindo também as leituras feitas pelos diferentes grupos políticos à frente do poder executivo, buscando, a partir das obras de intelectuais, construir legitimidade para seus governos, como observado no caso da ditadura civil-militar no Brasil. O regime militar dos anos de 1964 utilizou-se não só dos debates do Serviço Militar Obrigatório, mas também da pedagogia cívica de Bilac, ou seja, da formulação de um modelo de cidadão caro as ideias conservadoras em voga.

Referências

BRANDÃO, Adelino. *Olavo Bilac e o serviço militar*. Rio de Janeiro: s.n., 1969.

CASTRO, Celso. Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao Patrono do Exército Brasileiro. *Revista Estudos Brasileiros*. Fundação Getúlio Vargas, 2000.

CARDOSO, Lucileide Costa. *Memórias conflitantes e a produção de uma historiografia polemista sobre a atuação da esquerda armada no Brasil*. Simpósio Nacional de História. Rio grande do Norte, 2013. Visto em http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371311391_ARQUIVO_SNH-2013-TextocompletoLucileide.pdf

CORDEIRO, Janaina Martins. *Lembrar o passado, festejar o futuro: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*. Rio de Janeiro, 2012.

D'ÁRAUJO, Celina; SOARES, Gláucio Ary; CASTRO, Celso. *1964: visões do golpe. A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ENDERS, Armelle. "O Plutarco Brasileiro" - A produção de vultos nacionais no Segundo Reinado. *Revista Estudos Brasileiros*. Fundação Getúlio Vargas, 2000.

FERREIRA, Cristina; SILVA, Evander Ruthieri Saturno da. O RETORNO DO IMORTAL: D. Pedro I mitificado pelos militares nas representações imagéticas dos revistas O Cruzeiro e Manchete no Sesquicentenário da Independência (1972). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.6, n.11, p.355-385, jan/abr. 2014.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia (org.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. Narrativa biográfica e escrita da História: Octávio Tarquínio de Sousa e seu tempo. *Revista de História*. São Paulo, 2004.

HANSEN, Patrícia Santos. *Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República* 01/09/2007 245 f. Doutorado em HISTÓRIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: SBD / CAPH Link: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12022008-111516/en.php>, 2007.

_____. *Golpes de Memória: usos políticos de Olavo Bilac no século XX*. Link: <https://www.redalyc.org/pdf/4056/405641536007.pdf>, 2015.

LOPES, Moacir Araújo. *Olavo Bilac: o homem cívico*. Rio de Janeiro, 1965.

MAGALHÃES JR., Raymundo. *Olavo Bilac e a sua época*. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1974.

MAIA, Tatyana de Amaral. *Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)*. São Paulo, Itaú Cultural: Iluminuras, 2012.

_____. *Os usos do civismo em tempos autoritários: as comemorações e ações do Conselho Federal de Cultura (1966-1075)*. Revista Brasileira de História, vol. 34, núm. 67, enero-junio, 2014, pp. 89-109. Associação Nacional de História. São Paulo, Brasil.

MORAES, Roque. *Análise de conteúdo*. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. *A problemática da defesa do serviço militar a luz dos discursos de Olavo Bilac*. Link: <http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1206>

OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. *A Liga da Defesa Nacional: entre um projeto de Nação a uma agenda de combate ao comunismo*. Link: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/143817>

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento e silêncio". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, 3-15;

_____. “Memória e Identidade Social”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, pp.200-212

VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política do Estado Novo. In: Ferreira, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org) *O Brasil Republicano t. 1-4*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Recebido em 18/06/20 aceito para publicação em 11/11/20.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhamento 4.0 Internacional.

Revista Vernáculo n.º 47 – primeiro semestre/2021

ISSN 2317-4021